

FEMINISMO LATINOAMERICANO INCLUSIVO: TIETA COMO FIGURA DAS INTERSECCIONALIDADES PARA ALÉM DO GÊNERO

INCLUSIVE LATIN AMERICAN FEMINISM: TIETA AS A FIGURE OF INTERSECTIONALITIES BEYOND GENDER

Marcella Santos Martins **1**
Fernanda de Paula Ferreira Moi **2**
Fernanda Busanello Ferreira **3**

Resumo: É da natureza do ser humano tentar classificar todos os aspectos de sua vida. Desde o princípio da humanidade existiram separações que limitavam, por exemplo, o papel que cada sexo deveria desempenhar quando vive em sociedade. Com o passar do tempo, esse comportamento não foi abandonado e segue fazendo diferenciações ao ponto de existir a necessidade de se ter que formular enunciados legais para que seja feita uma tentativa de equidade (entre gêneros). O feminismo europeu foi uma corrente disruptiva dentro de seu contexto. Porém, na atualidade latinoamericana, mais especificamente ainda, brasileira, é possível perceber que existem mecanismos mais sutis de ignorar certos segmentos sociais e que o elemento gênero não é suficiente para entender a realidade de forma completa, devendo incluir, inclusive, fatores como cor/raça, classe social e sexualidade. Tieta foi selecionada como personagem representativa neste trabalho tendo em vista que ela faz uma aglutinação de características que histórica e socialmente incidem diversas opressões. Isso quer dizer que ela além de ser mulher, é negra, pobre, nordestina e de sexualidade muito aflorada. Esses traços tão característicos não funcionam como um limitador para nossa figura, mas sim são eles que justamente promovem tanta força no sentido de se lutar pelo que se busca. Ela se reveste da combinação de suas características quando se depara com as mais diversas situações e não as entende como um aspecto negativo ou definidor social, pois Tieta transcende seus padrões socialmente definidos.

Palavras-chave: Separações. Realidade Brasileira. Opressões Sociais. Tieta do Agreste.

Abstract: It is human nature to try to classify every aspect of your life. Since the beginning of humanity, there have been separations that limited, for example, the role that each sex should play when living in society. Over time, this behavior has not been abandoned and continues to make differentiations to the point that there is a need to formulate legal statements in order to make an attempt at equity (between genders). European feminism was a disruptive current within its context. However, nowadays in Latin America, more specifically, in Brazil, it is possible to perceive that there are more subtle mechanisms of ignoring certain social segments and that the gender element is not enough to understand reality in a complete way, and must even include factors such as color/ race, social class and sexuality. Tieta was selected as a representative character in this work considering that she makes an agglutination of characteristics that historically and socially affect different oppressions. This means that, in addition to being a woman, she is black, poor, from the Northeast and has a very strong sexuality. These very characteristic traits do not work as a limitation for our figure, but they are precisely what promote so much strength in the sense of fighting for what is sought. She takes on the combination of her characteristics when faced with the most diverse situations and does not understand them as a negative or social defining aspect, as Tieta transcends her socially defined standards.

Keywords: Separation. Latin American Feminism. Brazilian Reality. Social Oppressions. Tieta do Agreste.

- 1** Pós-graduanda em Direito Constitucional, Políticas Públicas, e Acesso à Justiça da UFG, Bacharela em Direito pela UFG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0492335512091329>. ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-7335-9027>. E-mail: marcantosmart@gmail.com
- 2** Doutora em História pela UFG. Pós-Doutora em Direito e Políticas Públicas pelo PPGDP/UFG. Atualmente em estágio pós-doutoral pela PPGF-Fafil/UFG. Professora da PUC-GO e da UFG/UEASCA-RG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9605188472577977>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1313-0790>. E-mail: fernanda_moi@ufg.br
- 3** Doutora em Direito pela UFPR. Pós-Doutora em Direitos Humanos pelo PPGIDH/UFG. Pós-Doutoranda na FD/USP. Professora da Faculdade de Direito e do PPGIDH/UFG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3524030615771756->. ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-7335-9027>. E-mail: fernandabusanello@ufg.br

Introdução

O feminismo teórico europeu, das mulheres brancas e nobres, serviu como uma provocação importante para entender que a sociedade não se limitava somente aos homens. As mulheres lutaram para que direitos e mudanças pudessem ser alcançados na intenção de serem incluídas na vida social de forma igualitária, sem distinção entre sexos. O movimento serviu para dar visibilidade à necessidade de implementar mudanças no meio social de forma a viabilizar o preenchimento dos espaços que já deveriam estar ocupados por mulheres.

Entretanto, levando em consideração a realidade latinoamericana, fica claro que a corrente feminista original não é suficiente para validar as demandas das mulheres latinoamericanas, em especial as mulheres brasileiras, sendo necessário, portanto, a adequação de um feminismo mais inclusivo que entenda a vida dessas mulheres, de modo a influenciar, enfim, a legislação vigente para que seja capaz de agregar, inclusive, os segmentos sociais invisibilizados historicamente. O simples fato de nascer longe dos países considerados como grandes potências já é um fator inicial de diferenciação.

Nesse sentido, Tieta aparece como uma figura representativa fundamental das interseccionalidades e dos traços definidores que acabam por criar uma diferenciação de gênero. E a resposta para a situação é clara: a elucidação de um feminismo que se adeque à realidade latinoamericanas. Isso não quer dizer que é necessário manter distância daquela primeira provocação feminista, mas sim, entender que, não há como se desenvolver uma manifestação padronizada porque essa não engloba todas as interseccionalidades compreendidas em nosso território.

Grandes ideias nascem e, com o passar do tempo, devem sofrer mutações que se enquadrem nas especificidades de cada lugar. No entanto, a realidade brasileira deixa claro que as manifestações feministas no sentido da obtenção de direitos não têm sido suficientes porque não amparam as mulheres que sofrem as mais diversas formas de opressão simplesmente por portarem características que fogem dos padrões sociais considerados aceitáveis. Desse modo, quanto mais diferente, maior é a violência sofrida em decorrência de discriminações estruturadas pelo racismo, sexismo, heteronormatividade, entre outros. Um feminismo latinoamericano, ou africoladinoamericano (como veremos), é a solução para entender de que forma se operam as opressões contra um grupo tão diverso de modo a contrariar, totalmente, as bases genéricas que sequer correspondem com a realidade concreta.

A realidade fática brasileira demonstra que quanto maior sua interseccionalidade, maior sua exclusão social, explicitando, muitas vezes, que as diferentes experiências não são incluídas nos discursos. As desigualdades são usadas de maneira estratégica por aqueles que demonstram um interesse na marginalização e ela se opera, inicialmente, na distinção dos sexos biológicos como primeiro fator de exclusão social. Isto é, nascer mulher é motivo de afastamento social. Para entender melhor vale o questionamento: é possível determinar uma identidade única de “mulher”? E mais: será que o feminismo, adotado como uma ferramenta única, sem especificidades, é capaz de compreender a luta de todas as mulheres?

Portanto, faz-se necessário o entendimento sobre as raízes históricas que sutilmente implantaram estruturas que massacram as mais diversas características humanas. A forma de colonização que foi empregada na América Latina e, em especial no Brasil, foi definidora para causar um estranhamento entre os brasileiros. A ferramenta da colonização portuguesa foi tão cruel que fez com que muitos indivíduos perdessem a sua identidade social e promovessem, mesmo sem perceber, a intensificação dessa violência estruturada que força a categorização dos indivíduos.

O objetivo do presente trabalho é apresentar, por meio da pesquisa descritiva, o feminismo disruptivo que deve servir como uma proposta de ruptura com o pensamento do colonizador imposto na América Latina. O emprego de Tieta do Agreste como personagem principal representativo se dá pelo fato dela ser uma mulher de grande força que persistiu lutando em busca de seus objetivos, mesmo que tenha recaído, sobre ela, as mais diversas formas de opressão tendo em vista ser mulher negra, pobre, nordestina, com sexualidade e sensualidade aflorada. Nesse tocante, será feita uma aferição qualitativa analisando como a forma de dominação imposta ao nosso território foi fundamental na construção de preconceitos que persistem até os dias atuais e massacra, principalmente, as mulheres. Serão analisados dados que dizem respeito à realidade brasileira

para, então, apontar soluções lógicas para colocar fim à latência problemática da invisibilização e violência de gênero.

A opressão colonial às mulheres e o enfrentamento por meio do feminismo decolonial

Não há como negar que a forma de colonização de um país impacta profundamente diversos aspectos sociais. Sendo assim, o olhar que se deve ter para a relação entre colonizador e colonizado não é somente a respeito da imposição de uma hierarquia, mas, para além disso, também é necessário evidenciar os padrões de comportamento e pensamento que foram impostos por meio da dominação.

O impacto do sistema colonial moderno - feminismo hegemônico

No caso brasileiro, os portugueses foram responsáveis por exercerem seu domínio, haja vista o fato de que Portugal possuía soberania política para com o Brasil. Entretanto, em termos de dominação, somente a imposição física não foi o suficiente para estabelecer o controle da colônia e, por isso, foi empregado um mecanismo de coerção mais eficiente: a categoria cultural. Por meio desta, foi possível fazer com que o colonialismo preenchesse espaços sociais.

Desde o princípio, foram determinados traços de diferenciação de forma a separar as pessoas consideradas civilizadas daquelas tidas como não-civilizadas. O homem europeu, burguês e colonial elegia-se como provido da civilidade que garantia aptidão para decidir sobre diversos aspectos da vida pública e governo de modo a determinar tudo o que estivesse ao seu alcance. Essa conduta foi fator suficiente para, inclusive, promover uma extrema diferenciação entre aqueles sujeitos que tinham o poder de controle daqueles que simplesmente deveriam ter a conduta de obedecer aos comandos e, os brasileiros, encaixam-se na ordem de subordinação. E a mulher, nesse cenário, sequer era enxergada. Os grupos femininos eram relegados aos cuidados domésticos e comportamentos calculados para não desagradar os homens à sua volta.

A missão civilizatória, com arcabouço no catolicismo, inseriu-se na ideologia de conquista e colonização. Era necessário ensinar o que é um ser civilizado de acordo com os moldes europeus de civilidade. Então, como importante ferramenta de dominação e exploração foi empregada a intervenção cultural, determinante para a eficácia da exploração que se desenvolvia em nosso país. Especificamente no Brasil, tem-se, como exemplo histórico, os ensinamentos jesuíticos que foram fundamentais para a instrução dos colonos e a catequização dos indígenas que promoviam o sentimento extremo de diferenciação - os homens superiores e aqueles que deveriam ser domesticados e expostos à uma crença que facilitasse seu controle. Nesse sentido, importante colacionar trecho da carta de Pero Vaz de Caminha quando visualizou, pela primeira vez, as terras brasileiras e seus moradores:

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção. Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias — duas ou três que aí tinham — as quais não são feitas como as que eu já vi; somente são três traves, atadas entre si. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam não se afastando quase nada da terra, senão enquanto podiam tomar pé (Caminha, 1500, p. 5).

Foi evidenciado, a todo momento, o desdém que a colônia tinha para com o Brasil de forma que justificaram sua interferência na necessidade de instruir as pessoas que aqui viviam, impregnando seus costumes de maneira que facilitasse o controle dos corpos dos nativos brasileiros sem se importarem com quaisquer estruturas já estabelecidas e sem se considerar os conhecimentos costumeiros que já eram colocados em prática aqui. Operou-se o caminho para a separação dos povos e as imposições física e cultural funcionavam como instrumentos extremamente capazes de formar a mentalidade colonial dos 'incivilizados' que, para o funcionamento da exploração, deveriam se considerar inferiores e submissos - uma categoria menos evoluída de ser humano.

Nesse sentido, é essencial elucidar uma ideia que transgride essa imposição eurocêntrica por meio de uma corrente mais integrada à nossa realidade. O pensamento decolonial prega uma independência à relação hierárquica que foi imposta aos países latinoamericanos. É uma proposta de ruptura que enfrenta a colonialidade e também o sistema colonial moderno que se instalou em nossa região. A fixação de uma sociedade eurocêntrica na América Latina fez com que fosse incorporado o modelo patriarcal de sociedade, isto é, o homem tinha um papel definidor como o responsável pela família, ainda que aqui se operassem formações culturais que tinham a mulher como foco (modelo matriarcal).

O pensamento decolonial e suas bases para o feminismo latinoamericano

Considerando o sistema colonial moderno outorgado na América Latina, a categoria de diferenciação usada pelos portugueses foi, principalmente, a raça. Uma vez na América, os colonizadores estabeleceram critérios de diferenciação biológica baseados nos traços fenotípicos da população elegendo, pela cor da pele, aqueles que deveriam ser considerados como exemplos supremos de "homem". Percebe-se que sequer era dado o espaço necessário de integração das mulheres, de modo que os critérios de separação foram repassados diretamente para a cor/raça e classe social. A verdade é que as mulheres eram tidas como um objeto no qual se poderia operar livremente os mais diversos tipos de violência, desde sua invisibilização, desconsiderando seu papel fundamental na sociedade, até a violação de seus corpos.

Maria Lugones, filósofa argentina feminista, nunca se contentou com a tradicional luta restrita apenas ao gênero. Até porque, nascida na América Latina, percebeu que a corrente feminista tradicional, ainda que tenha se convertido para as demandas atuais, não conseguiu ter um espaço que definisse as lutas das mulheres de nosso território. Nossa origem se difere fundamentalmente da primeira corrente feminista conhecida. Isso não se trata de refutar totalmente o que nos foi ensinado. Na verdade, o que as mulheres latinoamericanas precisavam era de espaço dentro do movimento para reivindicar direitos que secularmente lhes são negados.

Para melhor compreensão, é preciso inserir o conceito de interseccionalidade. Esse termo indica uma situação de desigualdade que se apresenta nas diferentes opressões que podem se sobrepor em um mesmo indivíduo. Isso quer dizer que, a cor da pele, classe social, necessidades especiais, sexualidade são aspectos da vida dos indivíduos que assumem, muitas vezes, critérios de classificação do grau de importância de cada um. Essas estruturas normalmente formadas em sociedades patriarcais não podem ser separadas porque se manifestam de diversas maneiras em uma só pessoa e servem, inclusive, para agravar a discriminação sofrida. Quanto mais longe das condições consideradas normais, maior é a opressão.

Discorrendo sobre nosso contexto, Lugones (2008) recorreu às obras de Aníbal Quijano (1992), filósofo latinoamericano que deu as bases para o conceito de "colonialidade do poder", com a finalidade de se entender no que a base colonial moderna do capitalismo tem se estruturado: a visão eurocêntrica que se consolidava por meio de construções sociais racistas. Porém, a abordagem do pensador retrocitado é muito superficial uma vez que a forma de análise na diferenciação entre homens e mulheres baseou-se, equivocadamente, no sexo biológico - homem e mulher.

Na América Latina, operavam-se novas formas de diferenciação que tornavam o fardo ainda mais pesado de ser carregado: além de serem mulheres, eram pretas e pobres de modo que a luta geral não as englobava. A dominação retirava dos indivíduos fatores importantes de identificação

social, diluindo o sentimento de manifestação contrária ao que se queria estabelecer. Diante de qualquer situação que promova a separação de indivíduos, as mulheres acabam enfrentando uma realidade ainda mais desigual. Cada interseccionalidade foi condenada a vivenciar diferentes formas de opressão de modo que a combinação dessas categorias em um único indivíduo faz com que o abismo social seja ainda mais profundo.

Sendo assim, com o objetivo de entender melhor a realidade na qual a América Latina está inserida, é essencial fazer uso de ferramentas que não sejam meramente teóricas e tenha aplicabilidade prática. Por isso, ao entender de que forma as opressões persistem no meio social por meio de falar, modos de agir, estereótipos, é necessário quebrar com as definições pré-estabelecidas fazendo uso de um feminismo mais transgressor que compreenda as demandas das mulheres brasileiras. Tendo essas bases revolucionárias é que foi possível começar a pensar em um feminismo disruptivo.

O feminismo disruptivo por meio da resistência

Para Maria Lugones (2008), a colonialidade configurou-se de forma permanente porque é dotada de certa flexibilidade e ganha uma nova feição por meio de falas, modos de agir e pensamentos que, até os dias atuais, fundam-se na diferenciação por hierarquias - escancarando ainda mais o abismo promovido pela separação entre indivíduos. Em análise às escrituras sobre feminismo, a autora percebeu que os conceitos se restringiam às ideologias eurocêtricas, heteronormativas e lastreados nas mulheres de classe média ou ricas. Consequentemente, sua resposta para a situação é justamente a discussão sobre a permissão de interseccionalidades que alcancem também raça, classe e sexualidade.

Pelo menos na realidade latinoamericana, não há que se falar em um feminismo genérico que seja suficiente para atender as demandas de todas as mulheres, até porque nosso público não conta apenas com seres do sexo biológico de origem femininos com cor da pele clara e de classe sociais abastadas. Em nosso contexto, urge a necessidade de desenvolver segmentos interseccionais para agregar as diferentes vozes. Até os dias atuais, os países latinoamericanos colhem os frutos da exploração que determinou o modo de organização da sociedade. Causar o sentimento de ser diferente promove maior afastamento, pois, atenua a sensação de identidade dos indivíduos que estão sujeitos a essa dominação e os desumaniza. A introdução da noção de identidade dentro das discussões feministas faz com que sejam extrapolados os limites da justiça social porque o parâmetro de luta não se restringe aos direitos gerais das mulheres.

Historicamente, ainda que seja fundamental entender como o feminismo se deu nos moldes europeus, não se pode limitar a esse parâmetro. O feminismo europeu foi capaz de romper com algumas das barreiras enfrentadas em seu contexto de fundação para um grupo seleto de mulheres, porém, é insustentável promovê-lo no cenário dos países latinoamericanos porque se diferem de nossa realidade, fundamentalmente, desde a origem.

A luta das mulheres europeias não traduz o objetivo-fim das mulheres latinoamericanas de modo que não há que se falar em um feminismo universal levando em conta que o movimento deve buscar se associar a outras segmentações. É claro que a intenção aqui não é a de menosprezar as conquistas e avanços promovidos por essa corrente, mas sim, esclarecer que é necessário ter aprofundamento, principalmente, levando em consideração as raízes sociais dos problemas de nosso território para ir adiante na conquista de direitos.

É muito difícil tentar definir de que forma se opera as opressões quando há a presença das interseccionalidades porque até hoje ainda se tenta entender como as estruturas que intensificam o racismo, a aporofobia, a homofobia funciona. Imagine só quando há a convergência de identidades, o conjunto de discriminações se somam e são agravados.

Maria Lugones (2014, p. 392) evidencia uma segmentação no sistema de gênero: o lado claro e o lado obscuro. Pensando em aspectos sociais são apontados aqueles que são vistos e aqueles que são invisibilizados. O lado claro é fácil de enxergar porque simboliza as relações hegemônicas de gênero, isto é, a clássica violência perpetrada pela opressão originária dos homens brancos contra as mulheres sobre áreas da vida humana como, por exemplo, controle do próprio corpo e da vida pública e econômica das mulheres brancas. O lado obscuro é o confinado na marginalidade,

pois fogem do conceito conservador do termo “gênero”, a bipartição entre ‘sexos’ (feminino e masculino). O lado que não é visto agrega pessoas que fogem ao conceito binário e biológico de gênero porque, ao impor teses eurocêtricas, o que na realidade ocorre é a retirada dos indivíduos da participação social.

Dar voz às mulheres não-brancas, pobres e que não se encaixam nos padrões heteronormativos transgridem a natureza humana de categorizar indivíduos que os separam em grupos incapazes de se mesclarem. Cada ser é dotado de subjetividade e têm suas próprias histórias. A decoloniedade deve incidir de acordo com as particularidades e, por isso, é fundamental desassociar a ideia de que o feminismo é uno porque é um movimento que não deve se limitar a somente um aspecto.

Dada a colonização do Brasil, é interessante perceber que as mulheres, de acordo com suas individualidades, buscavam um objetivo diferente, ainda que se tratasse da luta feminina. As mulheres brancas tinham como foco a educação e gostariam de ser incluídas nos espaços de instrução que os homens já ocupavam. Enquanto isso, as mulheres indígenas resistiam à tentativa de dominação de seu povo e as mulheres negras batalhavam contra a escravidão. As mulheres não-brancas, que não eram da elite e colonizadas possuem demandas próprias que não eram compreendidas pelo feminismo hegemônico e eram massacradas por uma violência de gênero diferente.

Tentar universalizar diversas lutas empobrece um movimento que não deveria focar somente no aspecto superficial. É claro que nascer homem ou mulher já é, inicialmente, uma forma de diferenciação, mas não se deve parar por aí. É preciso abrir espaço para a livre expressão de todas as diversidades identitárias para que haja espaço para as subjetividades. A padronização é herança de um histórico colonial que deve sucumbir quando se tem a intenção de alcançar uma luta mais inclusiva dentro do espaço latinoamericano e, em especial, brasileiro.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2017, apontou que os índices de demografia no Brasil indicavam que, entre 100 brasileiros, aproximadamente 42,7 são brancos; 9,4 são pretos; 46,8 são pardos e cerca de 1,1 são indígenas ou amarelos. Porém, os brasileiros ainda têm muita dificuldade em se definirem racialmente, levando em consideração que essas informações decorrem de autodeclaração. Então, há uma enorme dificuldade inclusive de se encaixar nos parâmetros mais básicos de cor da pele e raça.

O sistema colonial de gênero foi responsável pelo apagamento e invisibilização de identidades e continua se estabelecendo em moldes modernos como se fosse possível determinar um padrão a ser seguido. Muitas vezes passa despercebido porque está intrínseco à nossa realidade, sendo naturalizado. No entanto, é essencial exercer um fator de crítica questionando até que ponto se opera a indução que faz com que as pessoas concordem com o estabelecimento dos sistemas atuais.

Surge, enfim, a demanda de se encontrar uma resposta para a situação latente do feminismo latinoamericano. Urge se desassociar das amarras colonizadoras e contestá-las no sentido de uma criação epistemológica que abra espaço para inserir as mulheres que vivenciam as diversas opressões - a decolonização do saber e do ser. Somente sob essa perspectiva é que podemos ouvir a voz das marginalizadas, das incivilizadas e, ao mesmo tempo, impulsionar a representatividade.

O feminismo decolonial deve empreender esforços no sentido de manter a conversa aberta e o espaço do diálogo sem tentar amenizar as características únicas de cada segmento social. O objetivo principal é se desassociar do pensamento civilizatório. Por isso, de maneira acertada, Maria Lugones (2012, p. 1) propõe a construção de um feminismo de resistência - ou feminismo epistemológico - que deve partir de mulheres que sofrem os mais diferentes tipos de opressões de maneira simultânea.

Nenhuma ruptura advém da inércia e a melhor maneira de conhecer as realidades é justamente buscar entendimento sobre elas. Isso só pode ser feito quando as pessoas que não estão necessariamente incluídas em todas as opressões, principalmente mulheres, saiam de sua ‘bolha’ ou zona de conforto para exigir também o cumprimento das demandas de outras vozes - “world travelling” (Maria Lugones, 2013). Como forma de entendimento, pode-se viajar entre-mundos caso as pessoas do lado claro se transponham, mesmo que momentaneamente, para visibilizar o lado obscuro.

Não há como se elucidar uma luta concisa que não se disponha a visibilizar todos os sujeitos pertencentes e suas reclamações. O modelo colonial de poder definiu como a organização dos

colonizados e colônias deveria ser feita e ainda deixa feridas muito abertas na contemporaneidade, classificando a relevância de posicionamentos de certos países, até mesmo, em cenários a níveis internacionais.

Entender a origem da problemática é o ponto de partida para a construção de uma realidade mais abrangente. É a partir da contraposição de realidades e entendimento dos diferentes pontos de vista que se elucidam novas epistemologias destinadas a compreender as pretensões individuais e coletivas, transgredindo qualquer noção de binariedade que separa o mundo ocidental dos tidos como incivilizados.

Trata-se, portanto, de uma prática de resistência. Não se render às imposições coloniais que, por séculos, foram responsáveis pela padronização que retira a identidade dos indivíduos em busca da formação de uma nova organização que seja mais particular às mulheres latinoamericanas. Ainda que seja necessário o entendimento de diferentes visões feministas, é essencial notar que elas devem contribuir para um espaço de formação e convergência, isto é, sua construção é amparada por diferentes discursos, pessoas e ações que devem convergir dialeticamente. É imprescindível entender a realidade latinoamericana para a produção livre de uma epistemologia que se encaixe em nossos padrões.

Feminismo na América Latina

As bases da construção do feminismo na América Latina são europeias, porém, com o passar dos anos teve de se modificar para se adequar à nossa realidade. Porém, isso não quer dizer que alcançamos o patamar ideal desse movimento. É a partir desse pensamento que a América Latina foi contemplada com diversas pensadoras que destinaram suas vidas a entender de que forma deveria ser construído um feminismo interseccional que integrasse as demandas das mulheres latinoamericanas.

As estruturas sociais construídas no Brasil que perpetuam diversas formas de discriminação

Uma vez entendido que não existe um conceito universal de “mulher”, é necessário buscar novas fontes de resistência para a confecção de um feminismo inclusivo e nada melhor do que fazermos valer dos escritos de Lélia Gonzalez (1988) As análises da autora retrocitada são essenciais para compreender de que forma o brasileiro se porta diante das mulheres, com suas mais variadas interseccionalidades.

Conforme foi debatido, o colonialismo se intensificou como ferramenta de grande eficácia por fazer uso do meio cultural. Isso fez com que fossem criadas estruturas muito resistentes que fazem com que o machismo, racismo, homofobia e aporofobia sejam internalizados de maneiras quase que sutis porque o brasileiro sabe que perpetra as mais diferentes formas de discriminação, mas tenta maquiá-lo esse comportamento.

São comuns os discursos de atenuação da gravidade do racismo no Brasil. Uma parcela considerável de brasileiros é apegada aos comentários que afirmam que nosso país vive uma verdadeira ‘democracia racial’ porque se tem a crença de que as relações raciais no Brasil não foram agressivas. Essa perspectiva é bastante equivocada tendo em vista que diversos teóricos se dedicam a estudar o ‘mito da democracia racial’ que justamente busca criticar essa visão ilusória da existência de uma relação cordial entre colônia e colonizadores. O brasileiro, para tomar rumos consistentes na luta contra um país menos discriminatório precisa, inicialmente, admitir que é um país racista, por mais que tente mascarar essa realidade.

Pensando nas mulheres negras, a estereotipação serviu como uma ferramenta de diminuição do poder desse segmento social porque elas eram reduzidas a figuras estereotipadas, sendo elas: a mãe preta, a doméstica e a mulata. A partir daí é evidente a construção de uma narrativa que intensifica a exploração laboral e sexual dessas figuras. Observa-se aqui a união entre o sexismo e o racismo, mesmo que essas personagens tentem remeter a uma formação falsamente inofensiva.

Enquanto a mulata é endeusada no carnaval, a mesma mulher é relegada aos papéis de doméstica no cotidiano de forma que se opere, de forma constante, construções misóginas

e racistas sobre os corpos das mulheres pretas. A imagem deve ser lembrada, pois, por muito tempo operou-se a dominação do labor e da vida sexual delas. Entretanto, o envolvimento entre senhor e mulheres pretas não chegava a operar em nível humano, sendo limitado somente aos desejos carnavais.

Reduziram pessoas, com grandes complexidades, a limitados papéis sociais como se nascessem com uma destinação específica e a funções sociais completamente desvalorizadas. É relegar tipos humanos negros à servidão. Os brasileiros mascaram seu preconceito e discriminação por meio do discurso da sensualidade da mulher preta ou do cuidado da mãe preta, porém não sai sequer do nível discursivo com a pretensão de alterar a realidade em caminho à construção de uma realidade fática que agregue as diversas interseccionalidades. Consequentemente, resta claro que discursos feministas genéricos não são capazes de traduzir as dores de todas as mulheres.

O nosso território sofreu a intervenção das bases europeias e sequer teve a liberdade de se autodenominar. Lélia Gonzalez (1988), indispôs-se com o termo originalmente construído para nós e procurou formar uma nova denominação que melhor se encaixasse em nossa realidade.

A própria denominação de nossa região foi criada pelos europeus para designar os países que foram colonizados pelas colônias europeias e que tinham idiomas latinos. Em busca de um termo que contemplasse de forma mais democrática no sentido de abolir o discurso hegemônico racial e genérico. E isso somente pode ser feito por meio da memória e consciência do lugar por meio da matriz social e cultural de origem africana que se instalou no Brasil.

A construção da identidade social das pessoas pretas é essencial para romper com a estrutura de submissão ao imperialismo. É nesse contexto que surge o famoso termo ‘amefricanidade’ que permite a transposição de barreiras territoriais, ideológicas e linguísticas, aprofundando as perspectivas rumo ao entendimento da realidade em que estamos inseridos. Ser americano é entender que fazemos parte de um processo permeado pela história cultural.

Por isso é que Lélia Gonzalez, 1988, indica que a melhor forma de nomeação de nossa região é justamente Amefricadina porque agrega todas as nossas raízes - americanas, isto é, as indígenas, africanas; e ladinas, associada a esperteza, atribuída a pessoas escravizadas. Este termo superaria até mesmo o vício de linguagem português-brasileiro e contemplaria toda a população porque é essencial lembrar que nossas fontes estão muito além da europeia. Enxergar nossas raízes históricas faz com que os corpos negros, pobres não sejam condenados a sub-representação e invisibilização. Adotar a “Amefricadina” demonstra amadurecimento sobre as fontes históricas e apresenta sujeitos de direito que foram relegados à exclusão social e, além disso, é uma forma de contornar os espaços ocidentais que foram engolidos a seco pelo nosso povo.

Para entender de que forma se opera os níveis de opressão das interseccionalidades em nosso país, é necessário partir para a análise dos dados que temos à nossa disposição para melhor compreender a realidade brasileira.

A realidade brasileira

As legislações brasileiras anteriores se limitaram a trazer mudanças na forma de tratamento das mulheres considerando que um dos poucos direitos existentes anteriormente a ela foi o do voto feminino, porém, não promoveram mudanças que fossem significativas no que diz respeito aos direitos femininos. Décadas depois, aparece em tela a nova Carta Magna que dispõe em seu artigo 5º, (República Federativa Brasileira, 1988) “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”; e “XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;”. Além disso, foi a primeira vez que observou-se a confecção de um caminho de implementar políticas públicas no tema de gênero. Logo depois, vieram as novidades legislativas como a normatização do crime de estupro e a inserção de maior gravidade nos crimes de atentado ao pudor que são crimes, normalmente, direcionados para uma população mais vulnerável: mulheres. A realidade fática indica uma maior fragilização de acordo com cada interseccionalidade.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum) (2021, p. 10) o Brasil encontra-se no 93º lugar no ranking de países no que diz respeito aos países com maiores lacunas de gênero. Esse índice demonstra que as mulheres estão longe de uma posição de igualdade

para com os homens. No índice geral, o nosso país chegou a 69,5% nas taxas de igualdade de gênero, deixando claro o enorme caminho a ser percorrido e, diante da situação muito latente, há a implicação em diversos elementos como, por exemplo, o nível de escolaridade alcançado, a participação econômica e oportunidades, saúde e sobrevivência e empoderamento político.

Equivocadamente, no imaginário social, tem-se que com o passar do tempo, as disparidades tendem a decrescer. Entretanto, no Brasil pandêmico, a estimativa para o alcance da igualdade de gênero aumentou consideravelmente. Antes da pandemia, a previsão era de que em 99,5 anos o Brasil, enfim, alcançaria a igualdade de gênero e, após a pandemia, tem-se um aumento de 36,1 anos - resultando em 135,6 anos.

Em diversos segmentos, é necessário que o Brasil produza um esforço para diminuir a lacuna desigual de gênero. No que diz respeito à saúde, a lacuna foi completada até 98% e, até certo ponto, foi possível alcançar um maior acesso à educação. Apenas 10,7% das mulheres ocupam universidades com grande reconhecimento, porém, 28,6% dos homens estão presentes no mesmo local. Isso mostra que o Brasil peca no incentivo do conhecimento técnico por parte das mulheres.

As discriminações não operam somente nesses fatores que promovem a exclusão social das mulheres dos mais variados círculos sociais e a dificuldade de se garantir os direitos mínimos. É notória também a violência sofrida pelas mulheres simplesmente não estarem incluídas no gênero masculino. Consequentemente, além do fator mais básico de diferenciação entre indivíduos, as interseccionalidades são aquelas que mais sofrem as violências mais brutalizadas, conforme veremos.

A violência contra meninas e mulheres no ano de 2020 no Brasil

É fato que as mulheres precisam de leis voltadas à sua proteção uma vez que este grupo goza de cuidados especiais diante da polarização de gênero. Nesse sentido, evidente que, quanto mais interseccionalidades apresentadas, maior é a desigualdade, de modo que se configura como parâmetro de exclusão dentro do próprio grupo. O 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em agosto de 2021 evidencia alguns dados importantes.

É imprescindível destacar que, ainda que sejam pesquisas extremamente confiáveis, ainda se sofre com o mal da não notificação, isto é, existem diversos casos que não são publicizados de modo que o estudo se baseia naqueles em que se promoveu a informação ao órgão oficial. Comparando-se com o ano anterior, em 2020 foi aferida uma diminuição das notificações de crimes para autoridades de modo geral. Os relatos de agressões, quando aferidas dentro da relação doméstica, diminuíram, porém ainda contam com um número bastante expressivo: 230.160 (duzentas e trinta mil cento e sessenta) mulheres denunciaram lesão corporal, número espalhado por 26 unidades federativas brasileiras.

É possível perceber que em março de 2020 houve uma redução da quantidade de ocorrências de estupro. Porém, não se tem uma resposta clara para a queda expressiva desse número ainda que o período evidenciado estivesse em vigor no Brasil a restrição de circulação. Não é possível aferir até que ponto o brasileiro fez cumprir as medidas de isolamento social. Vale ressaltar que a maioria dos estupros, no que dizem respeito aos adolescentes e vulneráveis, ocorrem dentro de casa por alguma pessoa do seio familiar. Em 2020, houve 60.460 (sessenta mil quatrocentos e sessenta) ocorrências de estupros relatadas, incluindo aqueles em que a vítima é considerada vulnerável. Levando em consideração o fator racial, tem-se que 51,3% das mulheres não-brancas são vítimas de estupro.

Quando passa-se para a análise de mortes de mulheres, em 2020, 3.913 (três mil novecentos e treze) mulheres perderam suas vidas, sendo que 1.350 (mil trezentos e cinquenta) foram vítimas de feminicídio - 34,5 % foram encaixadas no instituto que evidencia as mortes de mulheres em decorrência de seu gênero. Ainda cabe evidenciar que o número informado são das aferições de autoridades policiais que se encaixavam como feminicídio, de modo que é possível haver um número muito mais expressivo de feminicídio que tenha sido encaixado de maneira equivocada em assassinato simples. Passando para uma análise racial das mulheres mortas em decorrência do feminicídio, tem-se que 63,5% eram não-brancas, isto é: 61,7% negras, 0,9 % amarelas e 0,9 % indígenas.

Fica claro, de acordo com os dados anteriores, que, quando se consideram as interseccionalidades (sexualidade, cor/raça e classe social), há uma enorme diferença no que diz respeito às camadas que sofrem a violência de maneira mais extrema.

Como forma de melhor entendimento, torna-se necessário eleger um exemplo de luta feminina a partir de uma personagem de força inquestionável na literatura brasileira: Tieta do Agreste. Isso se deve ao fato de que Tieta sempre demonstrou superação das diversas opressões sofridas tendo em vista a situação de entender seu lugar no mundo e se assumir como a mulher forte que é. Isso a capacitou em diversos sentidos: na busca por uma realidade mais justa e no acolhimento de mulheres que guardavam com ela as mesmas características.

Diversidades e interseccionalidades compreendidas na América Latina para um feminismo mais inclusivo a partir da obra de Tieta

Com feminilidade sempre presente, Antonieta Esteves Cantarelli, popularmente chamada de Tieta, é um ícone: nunca procurou se adequar aos padrões sociais rígidos de seu contexto histórico. A obra de Jorge Amado (2009) apresenta a região de Santana do Agreste, localizada na Bahia, local onde Tieta, viveu até ser expulsa de forma humilhante por seu pai moralista, interesseiro e preconceituoso, Zé Esteves. Ela teve de trilhar seu caminho de forma solitária.

Breve contextualização da obra “Tieta do Agreste” e sua importância para a representatividade da força da figura feminina brasileira

Tieta não tem pele branca e precisa enfrentar problemas que vão além de sua expressão de sexualidade aflorada. Ela é mulher negra e saiu de um estrato social inferior, próximo à miséria, para um nível social elevado capaz de trazer para ela muita influência. Seu sucesso é associado a uma figura masculina, seu suposto marido, que lhe deu todos os seus bens e dinheiro de forma que nossa personagem pudesse usufruir de uma boa vida e ela precisa, de forma reiterada, criar diversos personagens para ser aceita no meio social, pois, sua verdadeira face não agradaria à sociedade estagnada da época. Porém, a vida boa que Tieta fornecia era aceita sem grandes manifestações, mesmo que sua fortuna fosse proveniente de um casamento.

O que choca a todos é que Tieta conquistou tudo de forma autônoma, construindo seu próprio negócio a partir do que todos oprimiam: seu corpo e feminilidade. Foi necessária toda uma construção de um personagem socialmente aceitável para ser bem quista por aquelas pessoas de seu sangue. Entretanto, sua história opera em ciclos porque as pessoas não são capazes de aceitar mulheres plenas de si.

A personagem de Tieta rasgou as tradições da época. Era inconcebível, para muitas pessoas, que uma mulher fosse dotada de tanta personalidade e força. E mais: suas conquistas não estão, de forma alguma, associadas à figura masculina por mais que muitas pessoas achem que seu dinheiro é proveniente da herança de um marido rico. Porém, faz parte de todo um sistema de dominação, originário das raízes coloniais, não deixar que o suposto ‘inferior’ tenha autonomia e, com base nisso, configuram-se diversas ferramentas de opressão que são ainda mais severas se associadas aos grupos sociais excluídos. É a exclusão operando dentro da exclusão. A questão principal é que ela não abandona suas raízes, sejam elas de natureza sexual ou cultural, ainda que precise disfarçá-la em certos momentos.

A presença de mais afeto na vida de Tieta é Felipe que nunca mediu esforços para ajudá-la. Desde o princípio nunca estabeleceu nenhuma relação de hierarquia e tomava atitudes no sentido de auxiliar a personagem a construir sua vida. Talvez possa ser considerado um homem desconstruído para sua época. É a partir dele que ela se remodela em Madame Antoinette, importante administradora local que toma as rédeas do estabelecimento que antes estava condenado a ser um prostíbulo mal encarado. É construído um prestígio em torno do novo local como sendo o ‘Refúgio dos Lordes’.

As conquistas de Tieta foram facilitadas por cada expressão identitária que ela assume, mostrando que ela precisa se moldar aos costumes e valores da sociedade patriarcal e conseguir,

de forma eficiente, alcançar seus objetivos. Foi por meio dela que se fez possível trazer a luz para o Agreste e salvar Mangue Seco da indústria que ali tentava se estabelecer. Mas o meio social é injusto e, assim como no início, Tieta não é mais aceita em sua casa. Isso mostra que a luta feminina só é bem recebida quando esta se dá em prol alheio e a mulher sempre será uma peça facilmente substituível quando a conquista almejada for, de fato, realizada. A exclusão social é massacrante, mesmo quando se está presente no meio daqueles que possam ser considerados iguais porque o aspecto de gênero sempre será contrário às expressões de liberdade feminina.

Interessante também é a figura da irmã da personagem principal, Elisa, que está constrangida em viver naquele meio doméstico tendo que se submeter ao marido. Para ela, é mais atrativo mudar para uma capital significativamente maior do que sua cidade natal para viver a partir de uma profissão que faz disposição do próprio corpo do que se manter na convivência conjugal. Elisa nunca se contentou com sua vida e viu em sua irmã uma chance de independência.

Enquanto Tieta está sob posse do sobrenome Cantarelli, ela foi associada a uma pessoa bastante respeitável quase se equiparando à figura masculina. Entretanto, o leitor sabe muito bem que a titular daqueles avanços foi unicamente Tieta fazendo uso de suas raízes que, por todo o tempo, foi menosprezada.

Tieta e muitas mulheres do Santana do Agreste são personagens femininas facilmente encontradas no Brasil, pois traduzem traços comuns às mulheres latinoamericanas. Para além disso, as pessoas que não tem noção de identidade muitas vezes se configuram como intensificadoras da distorção social e se somam à parcela da sociedade opressora.

Tieta foi fundamental para traduzir as lutas de Santana do Agreste e Mangue Seco, sendo vitoriosa em tudo o que se propunha a fazer. As conquistas dela se deram em um contexto cultural de normalização da misoginia, do sexismo e do racismo. Atualmente, quando não se evidenciam de forma clara, as discriminações operam de maneira sutil e em estruturas bem definidas.

Ocorre que nem todas as mulheres têm a liberdade de iniciativa de Tieta, de forma que muitas são deixadas de lado tendo em vista que as opressões que incidem sobre elas é mais marcante. Nesse sentido, o ideal é fornecer um espaço de acolhimento para que o movimento feminista seja unificado com as demandas específicas de cada interseccionalidade porque só dessa forma seria possível a confecção de uma corrente mais transgressora rumo à conquista de espaços e direitos.

Interessante destacar que o mundo vivido por Tieta não está distante da realidade enfrentada pelas mulheres latinoamericanas. Por isso, devem ser produzidos esforços no sentido de romper com a determinação social que nos foi imposta por meio da dominação portuguesa e, em seguida, caminhar no sentido de resolver os problemas que estão diante de nós, razão pela qual é fundamental apresentar uma ferramenta de solução.

Uma resposta para solucionar os problemas causados pelo pensamento patriarcal

O Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum) (2021, p. 18) faz a apresentação de alguns pontos que devem ser observados para se chegar a um patamar de igualdade entre os gêneros: nível educacional, participações econômicas e oportunidades, saúde e sobrevivência e empoderamento político. Esses sistemas são basilares na conquista de uma realidade menos desigual entre os gêneros.

É necessário a implantação de uma nova definição cultural que se afaste do pensamento que dissocia homens e mulheres. Tendo em vista o Brasil, país com as ideologias trazidas de fora que permanecem a tanto tempo no imaginário social, são necessárias ferramentas que possibilitem o pensamento crítico. A educação nesse sentido deve funcionar como ferramenta de emancipação ideológica porque os brasileiros têm uma origem histórica totalmente diferente da que foi passada pelo senso comum. Sendo assim, os ensinamentos devem ser transgressores, capazes de atravessar conceitos estabelecidos.

As dimensões que devem ser alcançadas são inúmeras: raça/cor, gênero, sexualidade, faixa etária, esfera pública (saúde, educação, empoderamento político), mercado de trabalho. A

restauração da sociedade provém também da criação e implementação de políticas públicas voltadas para mulheres, isto é, deve-se fazer um recorte focado no intuito de vencer as desigualdades de gênero. É uma ferramenta pública que fomenta o respeito aos interesses das mulheres e, para além disso, estabelece critérios que devem ser seguidos para alcançar os objetivos. É um instrumento interessante levando em consideração que a sua aplicação deve ser feita a todos os níveis de competência, desde o federal até o local.

O Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (República Federativa Brasileira, 2005) elenca algumas áreas que devem ser estruturadas, entre elas: autonomia, igualdade no mundo do trabalho; cidadania, educação inclusiva e não sexista, saúde das mulheres; direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres. Foi feita a estruturação por meio de diversos órgãos para que as intervenções sejam aplicadas na realidade concreta.

No âmbito individual, cada mulher, por meio do acolhimento, deve promover um ambiente de aceitação para outras mulheres. Essa articulação se aproxima de um termo muito conhecido e já colocado em prática por uma parcela das mulheres: a sororidade - consiste basicamente em oferecer um ambiente de aceitação que permita que todas as mulheres se expressem livremente e, além disso, promova uma luta unificada para a conquista de direitos. É preciso pensar fora da caixa: a união promove maior efetividade na conquista social e, dessa maneira, foi possível o avanço da inclusão feminina das diferentes interseccionalidades de forma que políticas públicas foram formuladas no sentido de promover maior acesso.

Tieta do Agreste ensina que nenhum avanço é conquistado quando se mantém inerte. A provocação, o esforço e a luta fazem com que os interesses de cada parcela social sejam observados e, muitas vezes até contrariando o pensamento do senso comum, é possível se chegar a um resultado que promova uma modificação que alcance um patamar de importância tão grande ao ponto de serem traduzidas em reforma legislativa.

Conclusão

Para que seja possível a discussão dos pontos retromencionados, é necessário começar a debater sobre o que, originalmente, foi capaz de promover essa maneira de pensar - e não há como desassociar da cultura outorgada por aqueles que invadiram as terras brasileiras e implantaram sua forma de dominação por meio da coação física, moral e o controle cultural. Sendo assim, é fundamental a construção identitária, ou seja, entender-se como mulher e compreender as próprias especificidades, mas não se limitar a esse cenário. Não há conquista de espaços sem movimentação porque é preciso força no sentido de transcender aos padrões que estão estruturalmente definidos de modo a agregar os mais diversos tipos de discursos.

As opressões funcionam como impedimentos rígidos que devem ser transgredidos para romper com as estruturas sociais colonizadoras que foram capazes de segregar a América Latina a partir das diferenças - sendo que este aspecto deveria ser um fator de enriquecimento cultural. A intenção não é de se passar a noção de igualdade porque é um equívoco pensar que todos os indivíduos operam de forma semelhante e podem ser agrupados em um só lugar. Do contrário, é unificar a partir da sedimentação das mais diversas manifestações humanas e enquanto houver o afastamento entre mulheres tendo como parâmetro os seus traços definidores, não vai ser possível alcançar uma realidade justa.

A empatia e alteridade dentro do feminismo pode ser chamada de sororidade. Este termo é forte e tem como foco fazer com que as mulheres se sintam abraçadas no movimento porque suas opressões são enxergadas. É muito útil que um movimento tão diverso opere de forma apartada porque os discursos e práticas sexistas sempre podem intensificar por meio de outra opressão.

Mudando as bases culturais e sociais, busca-se, enfim, as alterações em nível de legislação e políticas públicas. Esses instrumentos políticos demonstram que há, de fato, uma necessidade urgente de se buscar pela melhoria de vida das mulheres, principalmente aquelas não-brancas, pobres e que não se encaixam no padrão heteronormativo. A luta ainda surge a partir do gênero e, por isso, é necessário destruir com as concepções pré-formuladas que evidenciam nosso preconceito na busca de uma realidade mais justa e inclusiva para todas.

Tieta poderia ter deixado operar sobre si o descontentamento a respeito da sua identidade como um aspecto que justifica a sua inércia. Porém, acostumada a estar sob sua pele, ela entendeu que seu papel não se definia à sua identidade - mulher negra, pobre, nordestina - e ela transgrediu. A nossa heroína foi muito além do que qualquer pessoa esperava, além disso, foi a única mulher que ousou seguir em frente buscando o bem comum de seu povo ainda que eles não soubessem valorizá-la porque, na maioria das vezes, a mulher é forçada a ser reduzida em padrões considerados inferiores ou não dignos. Sua utilidade para a sociedade foi usurpada e ela sequer teve a liberdade de ser quem é, assumindo papéis que não condiziam com o seu interior. Ser mulher exige coragem e não se padronizar exige força. Que Tieta sirva de exemplo.

Referências

AMADO, J. **Tieta do Agreste**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

BARRETO, R. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. *In*: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: Luiz Antônio Silva (Org.). **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2022.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**. Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça o Brasil - População Cor ou Raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%3%ADgenas>. Acesso em: 19 de agosto de 2022.

LUGONES, M. **Colonialidad y Género**. Bogotá: Tabula Rasa, 2008.

LUGONES, M. **Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples**: Pensando los feminismos en Bolivia. Bolívia: Serie Foros, 2012.

LUGONES, M. "Rumo a um feminismo descolonial". Trad. de Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser. **Estudos Feministas**, v. 22, n.3, dez. 2014.

MARTINS, A. A. **Lélia Gonzalez e o "pretuguês" na psicanálise**. Revista Cult. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/lelia-gonzalez-e-o-pretugues-psicanalise/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: https://www.google.com/search?q=carta+de+pero+vaz+de+caminha+ano&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR992BR992&oq=carta+de+pero+vaz+de+caminha+ano&aqs=chrome..69i57j46i512j0i512i7.3243j0j7&sourceid=chrom

e&ie=UTF-8. Acesso em: 14 jun. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade, modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, v.13, n.29, p. 11-20, 1992.

BRASIL. Secretaria de políticas para mulheres. **Políticas Públicas para as Mulheres**. Disponível em: http://mmm.cnm.org.br/assets/pdf/politicas_publicas_mulheres.pdf Acesso em: 15 ago. 2022.

TAVASSI, A. P. C.; RÊ, E. de; BARROSO, M. C.; MARQUES, M. D. **Os direitos das mulheres no Brasil**. Politize. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-das-mulheres-no-brasil/> Acesso em: 14 jun. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report**. 2021. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

Recebido em: 15 de outubro de 2023

Aceito em: 23 de novembro de 2023